

O LETRAMENTO COMO PRÁTICA DE ENSINO APRENDIZAGEM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Sulamita Barreto do Nascimento

Soroka-80@hotmail.com

Acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Valdênia Rodrigues Fernandes Eleotério

valdeniaeleoterioufms@gmail.com

Acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Adriana da Silva Ramos de Oliveira

adriana.r.oliveira@ufms.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Resumo

O artigo tem como objetivo compreender se o letramento favorece o processo de ensino/aprendizagem no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para construção utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica e de campo. Concluímos que o letramento é uma ferramenta indispensável para a aprendizagem da leitura e da escrita da pessoa com deficiência, pois colaboram para que os indivíduos participem ativamente das práticas sociais, considerando-as como condição indispensável para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva. Prática Docente.

Introdução

Considerando que a escola é um ambiente onde a criança está sendo formada para sua vida pública, concordamos com Alarcão (2001), que “a escola tem a função de preparar cidadãos, mas não pode ser pensada apenas como tempo de preparação para vida ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania”. É nas instituições de ensino que a criança se desenvolve, é também através dela que se aprende sobre sua língua, seus hábitos, sua cultura, desenvolvem talentos, descobrem vocações e relaciona-se com outras pessoas. Assim a educação tem o objetivo de formar cidadãos capazes de fazer a leitura de seu próprio mundo.

Desse modo, a Constituição Federal de 1988 garante o direito a educação para todos os brasileiros, independente de condições econômicas, sociais ou culturais e se for necessário o poder público deve oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”,

conforme materializado em Brasil (1996). Para que isso seja possível, está exposto no Capítulo V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que:

Art. 58 - § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (BRASIL, 1996).

Todo o exposto, é fruto de uma batalha constante, para que a pessoa com deficiência tenha acesso a educação. Existe um movimento nacional que anseia para que todos tenham suas matrículas efetivadas, mas que sejam atendidas as necessidades particulares de cada educando. Nesse sentido, todos devem conhecer, apoiar e trabalhar para fortalecer a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, para que ela se torne uma realidade, oportunizando avanços para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Para que isso aconteça é necessário que

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

III - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

IV - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2009, p. 1). Para que isso ocorra, a instituição deve disponibilizar espaço adequado, sala de recursos multifuncionais, materiais pedagógicos, equipamentos e profissionais capacitados para AEE, que juntamente com os

professores da escola regular desenvolverão um planejamento de ensino adequado para cada aluno. As particularidades deste serviço da Educação Especial apresentaremos a seguir.

Atendimento educacional especializado na educação básica

De acordo com os marcos históricos, o movimento pela inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais surgiu de forma mais localizada nos Estados Unidos e que, por força da cultura desse país, ganhou o mundo ao longo da década de 1990, (MENDES, 2006, p. 391).

Segundo Kassar (2011), já no Brasil, a necessidade de incluir a pessoa com deficiência também surgiu por volta do ano de 1990, porém esse movimento só ganhou força a partir do ano 2000, foram séculos de marginalização e esquecimento. Faltavam políticas públicas educacionais que norteassem o caminho na busca pela inclusão. Nessa perspectiva, no ano de 2008, houve o lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde diz que:

o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5).

Nesse sentido, foi pensada a educação inclusiva, mas será que as práticas pedagógicas contemplam as pessoas com deficiência e suas necessidades? Apesar de nítido o comprometimento motor, ou cognitivo, uma parcela significativa desses alunos não tem seus direitos efetivados. Esclarecemos que de acordo com a legislação

consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual e sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão:

dislexia, dislortografia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. (BRASIL, 2008, p. 15).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi organizada para ser desenvolvida em conjunto com o sistema regular de ensino, têm também como estratégia a formação continuada de todos os profissionais envolvidos no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para que o aluno tenha direito ao AEE é necessário que o educador fique atento ao cotidiano do seu aluno, utilize todas as possibilidades metodológicas, de modo que o aluno aprenda. Esgotadas as possibilidades, a equipe pedagógica da escola orienta que a família, ou responsável procure profissionais especializados.

Percebemos que já se passaram vinte e quatro anos da publicação da Declaração de Salamanca (1994), hoje avanços significativos já foram alcançados, escolas espalhadas por todo o país recebem diariamente alunos com deficiência, porém, boa parte dessas instituições ainda não possui espaço físico acessível para cadeirantes, além de profissionais capacitados para atendê-los, tão menos tecnologias assistidas. Diante desse contexto o AEE na perspectiva inclusiva é um atendimento de apoio que favorece não só a inclusão, mas também a permanência desses alunos na escola.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16)

Notamos em Brasil (2008), a necessidade de o aluno com deficiência ser atendido no AEE, pois as práticas pedagógicas diferenciadas favorecem o desenvolvimento, mas pensar em estratégias que contemplem a aquisição de conhecimento de forma articulada, planejada para que o aprendizado seja alcançado é tarefa de toda a comunidade escolar.

Devemos observar, nos orientar e tomar como ponto de partida o conhecimento de mundo que o aluno traz consigo, temos experiências vivenciadas diariamente, tornar essas experiências o foco da aprendizagem permite que o aluno adquira com mais facilidade o conhecimento. Para que isto aconteça, às práticas docentes necessitam ser coerentes, objetivas, articuladas para que o objetivo proposto seja alcançado, que é a inclusão e o desenvolvimento

global do aluno. Como o foco no artigo é compreender se é possível desenvolver o letramento no AEE, conceituaremos a seguir o que é letramento.

O letramento é composto pelas experiências de vida da criança, por meio da interferência dela própria, como elemento desencadeador da ação, uma vez que tenha consciência do mundo e do papel em que pode desempenhar nele. (ALMEIDA, 2008, p. 16).

Conforme exposto, o letramento é um método onde o aprender a ler é visto como uma prática social, pois o aluno precisa ter a consciência de seu mundo. Onde se encontra a escrita? Quais os símbolos que fazem parte de seu cotidiano? Estamos diante de uma sociedade letrada onde as crianças se relacionam com a linguagem escrita muito antes de ingressarem na escola e com a educação especial essa prática não é diferente. Ressaltamos que hoje vivemos em uma sociedade, onde uma parcela significativa de alfabetizados, encontram dificuldade na compreensão da leitura e da escrita, ou seja, muitas vezes leem, porém não conseguem interpretar. Diante dessa realidade consideramos a prática do letramento relevante para melhoria da qualidade de vida das pessoas, principalmente as que necessitam do atendimento do AEE.

[...] precisaríamos de um verbo “letrar” para nomear a ação de levar os indivíduos ao letramento... Assim teríamos de alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 1998, p. 47).

A autora nos esclarece que ser alfabetizado não significa necessariamente que a pessoa seja letrada. Sentimos a necessidade de enfatizar a diferença entre um indivíduo alfabetizado e indivíduo letrado. Esse pressuposto parte da qualidade de domínio que o indivíduo tem sobre a escrita e leitura. O indivíduo alfabetizado sabe ler e escrever, porém pode estar pouco habituado a usar essas habilidades no seu dia a dia. Diferentemente do indivíduo letrado que possui domínio da leitura e da escrita nas mais diversas situações e práticas sociais tornando um sujeito preparado para a realidade que está inserido, (SOARES, 1998).

Entendemos que alguns alunos com deficiência têm dificuldade nesse processo de ler e escrever, onde a maioria permanece por longos anos no nível silábico. A autora Figueiredo (2009), ao longo do tempo, em seus estudos com alunos com deficiência intelectual, esclarece que, “nesse nível cada símbolo gráfico (letra, pseudolettra, etc.), representa um som da fala (unidade sonora da palavra). A criança escreve estabelecendo a relação entre símbolos gráficos e os números de sílabas que compõem a palavra”, (FIGUEREDO, 2009, p. 11).

Diante dessa realidade, o método desenvolvido por Paulo Freire pode ser adequado, pois consiste em obter uma palavra “geradora”, ou seja, palavras que fazem parte do cotidiano e através delas partir para decodificação fonética construindo novas palavras e ampliando o repertório do alunado, desenvolvendo assim o seu interesse pela leitura e pela escrita dessas palavras. Zauli (2013), explica um pouco sobre esse método que foi desenvolvido em 1960 no Nordeste:

Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização baseado nas experiências de vida das pessoas. Em vez de buscar a alfabetização por meio de cartilhas e ensinar, por exemplo “o boi baba” e “vovó viu a uva”, ele trabalhava as chamadas “palavras geradoras” a partir da realidade do cidadão. Por exemplo, um trabalhador de fábrica podia aprender “tijolo”, “cimento” um agricultor aprenderia “cana”, “enxada”, “terra”, “colheita” etc. A partir da decodificação fonética dessas palavras, ia se construindo novas palavras e ampliando o repertório. (ZAULI, 2013, p. 1).

Concordamos com a autora quando ela fala que o conhecimento partindo da realidade do aluno é capaz de transformar as práticas pedagógicas no contexto escolar. Nesse sentido, para construção do artigo, partindo da pesquisa bibliográfica fomos a campo verificar qual o método usado pelos educadores no Atendimento Educacional Especializado, e se ele é eficaz no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência. Para isso, fomos até uma instituição que oferece AEE, em um município do nosso Estado Mato Grosso do Sul (MS) e convidamos uma professora para nos conceder uma entrevista sobre o assunto, para isso apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi lido e assinado pela participante.

Resultados

Realizamos a pesquisa de campo em 20/06/2018. A professora entrevistada é formada em Pedagogia, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A educadora relata que não tinha experiência em educação especial, somente no ensino regular, antes de assumir uma sala do AEE. Ela nos fala, que esse universo é cheio de desafios, pois os alunos possuem tipos variados de deficiência, necessitando de planejamentos individuais diariamente. Para garantir o anonimato da entrevistada, ela será identificada como “Educadora A”. A sua sala é formada por 18 alunos, com idades entre 12 e 30 anos. Desse modo, perguntamos a educadora como é organizado o atendimento no AEE? Ela nos respondeu:

Esse atendimento é feito da seguinte forma: as segundas e quartas-feiras no período matutino são atendidas quatro alunos, as terças e quintas-feiras nesse mesmo período, são atendidos cinco alunos. Os outros nove são atendidos as terças, quartas e quintas-feiras no período vespertino. (EDUCADORA A - ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA EM 20/06/2018).

Percebemos que o número de alunos é grande e que a educadora necessita de um planejamento de ensino adequado para atender cada um. Perguntamos a ela: de que forma é elaborado o planejamento? Ela responde:

No AEE o plano de aula é elaborado através do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), para cada aluno, seguindo suas necessidades específicas. (EDUCADORA A - ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA EM 20/06/2018).

Durante a entrevista, notamos que o PEI é um instrumento indispensável para o professor que trabalha no AEE, pois é um documento complementar que norteia as estratégias metodológicas que serão utilizadas. A esse respeito, Glat, Vianna e Redg (2012), nos esclarece que o instrumento é um

planejamento individualizado, periodicamente avaliado e revisado, que considera o aluno em seu nível atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazo. Também são levadas em consideração expectativas familiares e do próprio sujeito. (GLAT; VIANNA; REDG, 2012, p. 84).

Nesse contexto, o PEI é planejado de acordo com as necessidades de cada aluno, o que o torna indispensável para que o educador desenvolva um bom trabalho. Perguntamos a professora, qual metodologia você utiliza para a alfabetização e o letramento? Ela respondeu

Os alunos que eu atendo possuem o desenvolvimento acadêmico muito comprometido. Estão inseridos no ensino regular, avançam de ano, porém o conhecimento que possuem não corresponde a série que frequentam. Os alunos que se encontravam na fase silábica, quando foi utilizado o método de Paulo Freire, obtivemos avanços consideráveis. (EDUCADORA A - ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA EM 20/06/2018).

Perguntamos ainda, quais as dificuldades enfrentadas no início do processo de alfabetização? Ela nos respondeu

No início tinha uma confusão entre números e letras, diante dessa realidade confeccionei um mural com dois lados, um para letras e outro para números, onde pudéssemos colar diariamente as letras e os números. Após alguns dias desenvolvendo essa atividade os alunos já associavam que nos folhetos dos

supermercados havia vários números e varias letras. Nesse nível ainda não se atribui o valor sonoro correto da escrita, ou seja, escreve qualquer quantidade de letras para representar as palavras. (EDUCADORA A - ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA EM 20/06/2018).

A educadora A, nos relatou que a partir deste resultado positivo, viu possibilidades de aprofundar a metodologia.

A partir do instante em que já conseguiam fazer essa diferenciação, percebi que tinham percepções favoráveis para o letramento, pois conseguiam diferenciar marcas e produtos de seu cotidiano, diante dessa percepção pude trabalhar as sílabas através da escrita com o alfabeto móvel, jogos, bingo de palavras, pronunciando sempre o som das palavras para a diferenciação dos produtos como Sabão que toma banho (linguajar usado pelos alunos), é o “SA – BO – NE – TE”, sempre usando os dedos para indicar a quantidade de vezes que se abre a boca, para que dessa forma, fizessem uma análise sonora dos fonemas das palavras e compreendessem que as palavras são formados por sílabas e não por palavras soltas. (EDUCADORA A - ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA EM 20/06/2018).

Para finalizarmos a entrevista perguntamos: qual os avanços alcançados pelos seus alunos com a utilização desse método? Ela respondeu

Dentro da sala foram confeccionados murais silábicos com papel pardo canetão e sulfite, onde o aluno diariamente pudesse colar as sílabas, além disso também foram disponibilizadas todas as sílabas recortadas em um formato menor, que poderiam ser colados no caderno, montando assim suas palavras do dia. Como por exemplo, o dia em que falei sobre o grande evento que iria acontecer “ a Copa do Mundo”, automaticamente um aluno pegou a sílaba “CO” e o “ PA”, e as colou em seu caderno, emitindo o som fonético de CO-PA. Através desses acontecimentos, constatei que os mesmos avançaram nos aspectos referentes a língua escrita, pois já relacionavam as sílabas orais com as sílabas escritas. (EDUCADORA A - ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, REALIZADA EM 20/06/2018).

Conforme podemos observar na entrevista, os avanços alcançados pelos alunos foram significativos, deixando evidente que as ações dentro de uma sala de Atendimento Educacional Especializado exigem um planejamento diversificado e individual. O professor deve buscar métodos pedagógicos que contemple cada aluno segundo suas deficiências. O grande diferencial do sujeito com a deficiência intelectual é o ritmo de aprendizagem, pois necessita que professor tenha a disponibilidade de repetir incansavelmente as mesmas palavras e as mesmas ações durante um longo período.

Considerações finais

Através deste trabalho, compreendemos que a alfabetização e o letramento são atividades importantes para potencializar o desenvolvimento dos alunos no AEE. O alfabetizar é ensinar o aluno a ler e a escrever, já o letramento leva o aluno além da codificação e decodificação das palavras. No letramento, o aluno pode vir a ter o domínio da língua, pois esse método utiliza palavras de seu contexto social.

Durante a pesquisa de campo para realização da entrevista, notamos a falta de interação entre os professores do ensino regular e os professores do Atendimento Educacional Especializado da instituição que visitamos, o que pode ser um causador de atrasos no desenvolvimento dos alunos.

Ficou nítido para nós, o empenho da professora do AEE, em buscar um método onde seus alunos possam se desenvolver mais. Observamos no relato da educadora que ao inserir o letramento em seu planejamento ela obteve progresso, deixando evidente que essa prática abre caminho para novas construções de conhecimento para os alunos.

Desde modo concluímos que o letramento como um processo de ensino/aprendizagem é de suma relevância, reconhecendo a afirmação da autora Soares (2001) “O letramento abre caminho para o indivíduo estabelecer conhecimento do mundo em que vive”.

Finalizamos acrescentando que a escolha de um método, que leva em conta o conhecimento do aluno e seu ritmo de aprendizagem é de suma importância. Se faz notória a preocupação da docente com o processo de aprendizagem dos alunos, o letramento como parte de seu planejamento a ajudou, levando em consideração que o aluno com deficiência possa entender melhor o contexto no qual está inserido.

Referências

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Práticas de alfabetização e letramento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988.

. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. de 1996.

. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o**

Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009.

. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. et al. **Avaliação da Leitura e da Escrita:** uma abordagem psicogenética. Fortaleza: ed. UFC, 2009.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1998.

. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Massagão (ORG.). **Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001.** 2ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M.S; MARTINS, S. C. (ORG). **Escola Inclusiva.** São Carlos: EDUFSCAR, 2006.

ZAULI, Fernanda. **1º Turma do método Paulo Freire se emociona ao se lembrar das aulas.** 2013. Disponível em:<<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/04/1-turma-do-metodo-paulo-freire-se-emociona-ao-lembrar-das-aulas.html>>. Acesso: 12 jun. 2018.